

II Congresso Histórico Internacional

***AS CIDADES NA HISTÓRIA: SOCIEDADE***

18 a 20 de outubro de 2017

**ATAS**

CIDADE MODERNA - I

2017

## **FICHA TÉCNICA**

### **Título**

II Congresso Histórico Internacional  
As Cidades na História: Sociedade

### **Volume**

V - Cidade Moderna - I

### **Edição**

Câmara Municipal de Guimarães

### **Coordenação técnica**

Antero Ferreira  
Alexandra Marques

### **Fotografia**

Paulo Pacheco

### **Design gráfico**

Maria Alexandre Neves

### **Tiragem**

200 exemplares

### **Data de saída**

Dezembro 2019

### **ISBN (Obra completa)**

978-989-8474-54-4

### **Depósito Legal**

364247/13

### **Execução gráfica**

Diário do Minho

# ÍNDICE

## CIDADE MODERNA

### CONFERÊNCIA

pág. 7

A cidade moderna na monarquia portuguesa

*José Damião Rodrigues*

### COMUNICAÇÕES

pág. 25

La Reconstrucción de los Grupos Sociales e Identidades Culturales de una Ciudad del Siglo XVI a Través de la Escritura: Santiago de Compostela (1500-1550)

*Adrián Ares Legaspi*

pág. 49

“Privilégios”, “graça”, “utilidade”: argumentos do pedido de elevação da vila de Moçambique à categoria de cidade

*Ana Paula Wagner*

pág. 75

Língua e identidade no desenho da sociedade colonial brasileira: o caso das vilas de ameríndios

*Ana Rita Bernardo Leitão*

pág. 103

Política ilustrada e ações urbanísticas na América portuguesa (segunda metade do século XVIII)

*Antonio Cesar de Almeida Santos*

pág. 129

La ciudad de Ourense en 1680-1725: ¿un espacio urbano al servicio de las élites concejiles orensanas?

*Antonio Presedo Garazo*

pág. 157

Books and cities: book commerce in 18th Century Portuguese cities and the learned sociabilities

*Cláudio DeNipoti*

pág. 179

A Cidade e a *Dádiva* Assistencial – Mecanismos de visibilidade e integração sociais.  
Setúbal, 1913

*Daniela dos Santos Silva*

pág. 205

A organização do mercado no tecido urbano de Braga, durante a Época Moderna

*Daniela Nunes Pereira*

pág. 237

Dinámicas socioeconómicas y discursos de ciudad en la disputa por la capitalidad del sur valenciano: Alicante versus Orihuela en el siglo XVII

*David Bernabé Gil*

pág. 267

Arquitetura Doméstica Urbana do Período Colonial em Minas Gerais, Brasil

*Elio Moroni Filho*

pág. 285

Anotações para o Estudo de Capelas do Ciclo do Ouro em Minas Gerais

*Elio Moroni Filho*

pág. 313

Sociétés des villes atlantiques européennes des Temps modernes

*Guy Saupin*

pág. 345

Dinâmicas Urbanas ou o Urbanismo Religioso de uma Cidade em Crescimento. A Colina de Santana na Cidade de Lisboa

*Hélia Cristina Tirano Tomás Silva*

pág. 369

Aspectos sociais da polícia urbana na Corte hispana: entre Conselho e Junta (1560-1612)

*Ignacio Ezquerro Revilla*

# A cidade moderna na monarquia portuguesa

**José Damião Rodrigues**

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

[josedamiaorodrigues@campus.ul.pt](mailto:josedamiaorodrigues@campus.ul.pt)



As cidades são um elemento essencial da história e da paisagem europeias<sup>1</sup> e, desde o mundo antigo, têm-se configurado como um objecto preferencial de reflexão sobre as estruturas e relações de poder e sobre os diversos tipos de interacção que se tecem entre aqueles que nelas habitam. Neste quadro, Platão e Aristóteles são nomes centrais no pensamento sobre a cidade no mundo ocidental. Mas, se as categorias e os modelos destes filósofos perduraram para além da Antiguidade, fornecendo modelos, suscitando debates e dando origem a releituras, a realidade da cidade – ou das cidades, para nos referirmos aos casos concretos – essa, porém, modificou-se substancialmente nos séculos subsequentes, por entre múltiplas vicissitudes e contextos históricos.

Tomemos como ponto de partida uma possível leitura sobre a cidade, a de Max Weber, na medida em que nos situa perante a proposta concreta de um tipo-ideal enquanto esquema de interpretação e permite a discussão em torno do problema da generalização nas ciências históricas<sup>2</sup>. Embora não exista um conceito sociologicamente unívoco do objecto “cidade”<sup>3</sup> e, como sabem os cientistas sociais, apesar de a dimensão temporal comportar a exigência da necessidade de se trabalhar com cuidado ao nível da análise conceptual, as cidades apresentam um conjunto de características globais que as permitem identificar enquanto tal, a saber: politicamente, constituem um centro administrativo, com uma importante presença dos representantes do poder central, e são ainda, muitas vezes, praças-fortes; economicamente, as cidades são um mercado, um espaço de importantes trocas económicas, conhecendo uma actividade artesanal ou industrial diversificada.

---

<sup>1</sup> Cf. Leonardo Benevolo, *A Cidade na História da Europa*, “Construir a Europa, 1”, Lisboa, Editorial Presença, 1995 [edição original: 1993], p. 13: “As cidades europeias nascem com a Europa e, em certo sentido, fazem nascer a Europa; são uma das razões de ser — provavelmente, a principal — da Europa como entidade histórica distinta, continuam a caracterizar a civilização europeia quando ela assume um papel dominante no mundo, e imprimem a sua marca — positiva, negativa, mas sempre preponderante — às cidades contemporâneas em toda a parte do mundo.”

<sup>2</sup> Cf. Jean-Louis Fabiani, “La généralisation dans les sciences historiques. Obstacle épistémologique ou ambition légitime?”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, Paris, 62<sup>e</sup> Année, 2007/1, pp. 9-28.

<sup>3</sup> Cf. Alfredo Mela, *A Sociologia das Cidades*, “Temas de Sociologia, 10”, Lisboa, Editorial Estampa, 1999 [edição original: 1996].

Estes traços podem ser aplicáveis a todas as cidades em todos os tempos. Para o que aqui nos interessa, importa dizer que Max Weber apresentou as características que permitiriam distinguir as cidades europeias — sobretudo durante os períodos medieval e moderno — das suas congéneres dos outros continentes, a *autonomia* e o *autocefalismo*, ou seja, as cidades têm privilégios e liberdades e são senhoras da sua ordem política e social. Dado importante, os seus governantes não são impostos a partir do exterior<sup>4</sup>. Retenhamos, por agora, estes dois traços marcantes.

Portugal comungava deste panorama geral. Tal como nas demais formações políticas europeias, desde finais da Idade Média que assistimos, dentro das fronteiras do reino português, a uma oligarquização do governo dos municípios, movimento esse que, a partir do reino, com a expansão ultramarina, alastrou primeiro às ilhas do Atlântico e, depois, ao império<sup>5</sup>. Importa, todavia, não esquecer que alguns autores destacaram o facto de sermos um país sem cidades<sup>6</sup>, sobretudo para o período pré-industrial. De qualquer modo, convirá relembrar que o processo de urbanização e a difusão das grandes cidades são dados recentes. Com efeito, e segundo Paul Bairoch, entre 1500 e 1700 a taxa de urbanização terá subido de 10,7 para 11,8%, embora com variações irregulares no tempo e no espaço. Em 1600, para o conjunto da Europa, registamos quase 600 cidades com, pelo menos, 5.000 habitantes. Este universo urbano, contudo, representava tão-somente cerca de 11% ou menos do total da população europeia. Até finais do século XVIII, a cidade é um fenómeno excepcional: à escala mundial, a taxa de urbanização oscilava em torno dos 10% e, na Europa, 80 a 90% dos habitantes viviam no mundo rural<sup>7</sup>. Como observou Marcel Roncayolo, até finais de Setecentos, a cidade continuou a ser uma excepção<sup>8</sup>.

A maior parte dos que viviam em cidades moravam em centros de pequena e média dimensão, pequenos mercados locais e regionais e não cidades capitais, que conheciam

<sup>4</sup> Uma apresentação do pensamento de Max Weber sobre a cidade pode ser encontrada em Julien Freund, “La ville selon Max Weber”, *Espaces et Sociétés*, n.º 15, 1975, pp. 47-61.

<sup>5</sup> As premissas deste movimento foram estabelecidas por Maria Helena da Cruz Coelho e Joaquim Romero Magalhães, *O Poder Concelhio: das origens às Cortes Constituintes. Notas da história social*, Coimbra, Centro de Estudos e Formação Autárquica, 1986. Sobre esta questão, ver ainda César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996; *O Município no Mundo Português*, Seminário Internacional, Funchal, 26 a 30 de Outubro de 1998, “História do Municipalismo, 1”, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1998; e Mafalda Soares da Cunha e Teresa Fonseca (ed.), *Os Municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais*, Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS/UE, 2005. Para um estudo de caso, referimos o nosso estudo sobre Ponta Delgada: José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas: Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994.

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, José-Gentil da Silva, “Vida Urbana e Desenvolvimento: Portugal, país sem cidades”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, vol. V, 1972, pp. 734-746.

<sup>7</sup> Cf. Marcel Roncayolo, “Cidade”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8: *Região*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986, *maxime* p. 404; Pierre Goubert, “Les Villes d’Europe à l’Époque Moderne”, *Actas do Colóquio “O Porto na Época Moderna”*, *Revista de História*, Porto, vol. IV, 1981, pp. 121-131, *maxime* p. 121.

<sup>8</sup> Cf. Marcel Roncayolo, *La ville et ses territoires*, “folio essais, 139”, Paris, Gallimard, 1990, p. 40. Ver também Paul M. Hohenberg e Lynn Hollen Lees, *The making of urban Europe, 1000-1994*, 2ª ed., revista, Cambridge, Mass.-London, Harvard University Press, 1995 [edição original: 1985], pp. 109-110.



uma forte concentração de funções e configuravam o que Paul Hohenberg e Lynn Hollen Lees definiram como “cities of surplus”<sup>9</sup>. Contemplando o panorama europeu, refirmos que, em Inglaterra e Gales, durante as dinastias Tudor e Stuart, a maior parte dos centros urbanos provinciais tinha menos de 10.000 habitantes na década de 1520 e ainda estavam abaixo do patamar dos 30.000 em 1700. Muito acima, destacava-se a capitalidade de Londres, que teria cerca de 630.000 habitantes em 1715, cifra que subiu para uns 740.000 moradores em 1760. Paris estava num patamar abaixo: 300.000 habitantes em 1600, 500.000 em 1700. Mesmo Roma, sede da cúria papal, estava distante destes efectivos demográficos: 100.000 habitantes no dealbar de Seiscentos, 135.000 um século mais tarde. Em contrapartida, Nápoles apresentava uma população superior<sup>10</sup>. No geral, pequenos e médios núcleos urbanos e uma assimetria regional que podia ser encontrada um pouco por toda a Europa, com maiores ou menores variações.

Paradoxalmente, com o início do processo de “desencravamento do mundo” durante o período descrito como “a primeira idade global”, os portos foram essenciais na estruturação dos espaços económicos, ou seja, na organização dos territórios, enquanto centros de crescimento económico, “gateways between land and sea, between the hinterland and the foreland”, conforme escreveram Amélia Polónia e Cátia Antunes<sup>11</sup>. A importância da dimensão económica e da contribuição dos portos e das cidades portuárias, porém, não ficou confinada a uma escala local e regional. Com efeito, estes núcleos urbanos, com maior ou menor sucesso e projecção, para as dinâmicas de crescimento económico, de *state-building* e *empire-building* no período moderno e para a criação e integração de uma comunidade económica oceânica coesa, a qual coexistiu e serviu de suporte às formações políticas da Europa moderna e, sobretudo, aos impérios. Ora, a reconhecida importância da fachada atlântica e das cidades portuárias neste processo de longa duração tem merecido grande atenção por parte de diversas historiografias, mas, de um modo geral, entre nós não dispomos ainda de um *corpus* significativo de estudos que nos revelem algumas das vivências e das transformações que se operaram nas vilas e cidades portuárias que participaram na articulação de espaços continentais e oceânicos<sup>12</sup>.

<sup>9</sup> Cf. Paul Hohenberg e Lynn Hollen Lees, *The Making of Urban Europe, 1000-1950*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1985.

<sup>10</sup> Cf. Paul Bairoch, Jean Batou e Pierre Chèvre, *La population des villes européennes, 800-1850: banque des données et analyse sommaire des résultats*, Genève, Droz, 1988, pp. 272-283.

<sup>11</sup> Cf. Amélia Polónia e Cátia Antunes, “Port-Cities in the First Global Age. Portuguese Agents, Networks and Interactions (1500-1800): An Introduction”, in Amélia Polónia e Cátia Antunes (eds.), *Seaports in the First Global Age. Portuguese Agents, Networks and Interactions (1500-1800)*, Porto, UPorto Edições, 2016 [2017], pp. 21-33, *maxime* p. 22 para a citação.

<sup>12</sup> Veja-se, como exemplo de um estudo rigoroso e sustentado em amplo conjunto documental, o livro de Amélia Polónia, *Expansão e Descobrimientos numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, 2 vols.; para uma perspectiva abrangente e num arco cronológico de maior amplitude, ver Patrick O’Flanagan, *Port Cities of Atlantic Iberia, c. 1500-1900*, Oxford, Ashgate Publishing, 2008; para o caso português, além dos inúmeros estudos de Amélia Polónia, vejam-se as contribuições reunidas no volume citado na nota anterior.

Desloquemos, então, o nosso olhar para a Península Ibérica, fixando a nossa atenção em Portugal. De um modo geral, a dimensão das cidades e vilas do reino no período moderno<sup>13</sup>, e tomando como referência o número de fogos — apesar de todos os problemas que este indicador apresenta —, espelha a reduzida dimensão da rede urbana local e está em consonância com os de outras regiões europeias, como o *Mezzogiorno* italiano e alguns territórios da França ou da actual Alemanha, marcados por um “urbanismo raquítico”<sup>14</sup>.

Em 1639, Lisboa teria umas 180.000 almas, o equivalente a 9,5% da população portuguesa. Era uma cidade de grande dimensão para o tamanho do reino de Portugal, um centro cosmopolita para onde confluíam gentes e mercadorias provenientes das mais desvairadas partes do globo, mas que, em termos populacionais, estava claramente abaixo de cidades como Paris, Londres ou Nápoles. Os quantitativos populacionais de Lisboa aproximam-se dos que foram estimados para outras cidades europeias, como Veneza ou Amesterdão. A seguir à Corte e Cidade de Lisboa, seguiam-se, por ordem decrescente, as cidades do Porto, Coimbra, Évora e Elvas. No entanto, por volta de 1620, nenhum destes núcleos urbanos atingia as 20 mil almas. Eram, todavia, pólos de poder — cabeça de arcebispado ou bispado e de comarca —, activos centros de comércio, sede de importantes instituições culturais e, no que respeita ao território, isto é, enquanto “pontos chave de organização do espaço”, sinapses, para fazer uso de uma realidade biológica agora também manipulada pelos geógrafos a propósito das cidades portuárias<sup>15</sup>. Em síntese, neste contexto, consideramos que a conclusão que Pablo Sánchez León formulou há alguns anos acerca da urbanização de Castela na Idade Moderna se pode aplicar também à realidade geral portuguesa nestes séculos:

“el almacén óseo, el esqueleto de su pauta de urbanización estuvo siempre constituido por esas ciudades pequeñas cuyo entramado institucional amalgamaba funciones urbanas y rurales a costa de una mejor definición de los derechos de propiedad.”<sup>16</sup>

<sup>13</sup> Cf. José Vicente Serrão, “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”, in César Oliveira (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local [dos finais da Idade Média à União Europeia]*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 63-77, *maxime* p. 76, Mapa 11; Carlota Santos, “As Cidades Portuguesas na Idade Moderna. População”, in Actas do I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História – População [URL: <[http://www.ghp.ics.uminho.pt/pt/eu/ficheiros%20de%20publica%C3%A7%C3%B5es/IV%20Relat%C3%B3rio/IV%20Congresso%20Internacional%20GMR/Carlota%20Santos\\_As%20cidades%20portuguesas.pdf](http://www.ghp.ics.uminho.pt/pt/eu/ficheiros%20de%20publica%C3%A7%C3%B5es/IV%20Relat%C3%B3rio/IV%20Congresso%20Internacional%20GMR/Carlota%20Santos_As%20cidades%20portuguesas.pdf)>].

<sup>14</sup> Cf. Pablo Sánchez León, “El campo en la ciudad y la ciudad en el campo: urbanización e instituciones en Castilla durante la Edad Moderna”, *Hispania. Revista Española de Historia*, vol. LVIII/2, nº 199, Maio-Agosto 1998, pp. 439-470, *maxime* p. 442; Aurelio Musi, “Historia urbana y mezzogiorno de Italia en la Edad Moderna: propuesta de un cuestionario”, *ibidem*, pp. 471-488, *maxime* pp. 480-481. No contexto europeu, Portugal surgia como “um país bastante urbanizado para os padrões habituais das sociedades do Antigo Regime.” Cf. José Vicente Serrão, “População e rede urbana nos séculos XVI-XVIII”, *loc. cit.*, *maxime* p. 74 para a citação.

<sup>15</sup> Cf. César Ducruet, *Les villes-ports, laboratoires de la mondialisation*, Géographie, Université du Havre, 2004, submetida a 7 de Abril de 2005 [URL: <<https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-00008968>>].

<sup>16</sup> Cf. Pablo Sánchez León, “El campo en la ciudad y la ciudad en el campo: [...]”, *loc. cit.*, pp. 439-470, *maxime* p. 469.

No entanto, não obstante a reduzida dimensão do fenómeno urbano no quadro de um vasto mundo dominado pela ruralidade, o estudo da cidade, mesmo que se trate, como nos casos português ou ibérico, de pequenos centros urbanos, assume particular interesse: a cidade era, como dizia Luís Mendes de Vasconcelos no dealbar do século XVII, “uma multidão de cidadãos”, ou seja, um local de concentração de gentes de qualidade e condição social muito díspar, terreno fértil para a mobilidade ascendente, mas também para a descendente, palco de encontros e de trocas culturais, de miscigenações. Esta imagem seiscentista remete para a formulação de Edgar Morin, para quem “a cidade, sede mais viva da sociedade histórica, é um meio extraordinário de ordem, de complexificação, de desordem, de invenção e de «ruído»”.<sup>17</sup> Também o sociólogo Anthony Giddens, a partir de uma crítica ao modelo do materialismo histórico aplicado à evolução das sociedades e na linha de Max Weber e Lewis Mumford<sup>18</sup>, propôs uma leitura segundo a qual a cidade, nas sociedades não-capitalistas, era concebida como “a special form of ‘storage container’, a crucible for the generation of power upon a scale unknown to non-urbanised communities.”<sup>19</sup>

É precisamente esta ideia da cidade como “forma especial”, como espaço privilegiado de análise, que encontramos ainda nos séculos XVI e XVII sob a pena de diversos autores que se filiam numa longa tradição e para os quais, conforme podemos ler no já citado Luís Mendes de Vasconcelos, definir a “Cidade” possibilitava definir a “República”<sup>20</sup>:

*Filósofo* — Diremos nós que a Cidade e a República são uma mesma coisa, ou diversas?

*Soldado* — Melhor o direis vós.

*Filósofo* — A mim me parece que uma mesma coisa são, e só há esta diferença: que a República não é só uma cidade, mas todas as que em um corpo seguem uma mesma opinião; e assim não têm mais diferença, que a que fazem pelas habitações.

*Soldado* — Assim é.

*Filósofo* — Logo, definindo a Cidade, ficará definida a República?

*Soldado* — Sem dúvida.

<sup>17</sup> Edgar Morin, *O Paradigma Perdido: a Natureza Humana*, Lisboa, Publicações Europa-América, s.d. [edição original: 1973], p. 179.

<sup>18</sup> Cf. Lewis Mumford, *The City in History*, London. Secker & Warburg, 1961

<sup>19</sup> Cf. Anthony Giddens, *A Contemporary Critique of Historical Materialism*, vol. 1: *Power, property and the state*, “Contemporary Social Theory”, London, Macmillan, 1990 [edição original: 1981].

<sup>20</sup> Cf. Luís Mendes de Vasconcelos, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, “Cidade de Lisboa, 15”, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 [edição original: 1608], p. 70. No Portugal de inícios do século XVII, Luís Mendes de Vasconcelos é um autor que revela conhecer bem os textos de Aristóteles. Sobre esta questão, ver Diogo Ramada Curto, *O Discurso Político em Portugal (1600-1650)*, Lisboa, Projecto Universidade Aberta, 1988, pp. 195-196.

*Filósofo* — Diremos logo que a República (segundo Aristóteles e Platão definem a Cidade) é uma multidão de cidadãos e uma congregação de muitos coadjutores e companheiros.

*Soldado* — Assim parece que está bem definida.”

Apesar de os coevos atribuírem esta importância à cidade, a historiografia portuguesa que se debruça sobre o período moderno não dedicou ao mundo urbano o mesmo esforço na produção de monografias que podemos encontrar para os séculos finais da Idade Média<sup>21</sup>. Deste modo, quando procuramos obter uma visão de conjunto, este é um dos obstáculos com que nos deparamos. Ainda assim, dispomos de estudos modelares. Dois autores merecem aqui referência pela qualidade do conjunto da sua obra e pelo facto de as suas análises terem contribuído para romper com uma “história particular das localidades”, indo além dos estreitos quadros da história local e inscrevendo a sua investigação em contextos mais vastos, ultrapassando mesmo as fronteiras dos reinos. Falamos de António de Oliveira e de Joaquim Romero Magalhães, ambos da Universidade de Coimbra, os quais, de modo distinto, forneceram aos historiadores que se lhes seguiram referentes importantes e modelos analíticos<sup>22</sup>.

Em claro contraste com o que ocorre em Espanha, por exemplo, uma das questões que importaria explorar, desde logo, prende-se com a representação de “cidade” no período moderno e, concomitantemente, com a definição do estatuto de “cidadão”<sup>23</sup>. O que é que os coevos entendiam ser as características definidoras e estruturantes e uma cidade? Onde se situava a linha de demarcação entre uma vila e uma cidade? E qual o impacto da

<sup>21</sup> Para uma síntese, já datada, do estado da história urbana em Portugal, ver Manuel C. Teixeira, “A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes”, *Análise Social*, Lisboa, vol. XXVIII (121), 1993 (2.º), pp. 371-390. Uma visão recente, embora mais generalista, pode ser encontrada em Margarida Sobral Neto, “Historiografia portuguesa da época moderna”, *Revista de Teoria da História*, vol. 17, n.º 1, 2017, pp. 124-146.

<sup>22</sup> Cf. António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1971-1972, 2 vols. [tese originalmente apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1972]; Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico (1600-1773)*, “Imprensa Universitária, 69”, Lisboa, Editorial Estampa, 1988 [tese originalmente apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra em 1984]. Os dois autores, com ampla bibliografia, reuniram em diversos volumes, editados ao longo dos últimos anos, múltiplos artigos e capítulos que foram publicando desde a década de 1970: António de Oliveira, *Pedaços de História Local*, Coimbra, Palimage-Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2010, 2 vols. e *Capítulos de História de Portugal*, Coimbra, Palimage-Terra Ocre Edições, 2015, 3 vols.; Joaquim Romero Magalhães, *Miunças*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011-2012, 3 vols. e *Avulsos de História Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

<sup>23</sup> Para o período moderno, de entre uma vasta bibliografia, veja-se, a título de exemplo, José Ignacio Fortea Pérez (ed.), *Imágenes de la diversidad: el mundo urbano en la Corona de Castilla (S. XVI-XVIII)*, Santander, Universidad de Cantabria e Asamblea Regional de Cantabria, 1997; os estudos de Xavier Gil Pujol, “Ciudadanía, patria y humanismo cívico en el Aragón foral: Juan Costa”, *Manuscrits*, 19, 2001, pp. 81-101, “Republicanism Politics in Early Modern Spain: The Castilian and Catalano-Aragonese tradition”, in Quentin Skinner e Martin van Gelderen (eds.), *Republicanism. A Shared heritage*, Cambridge, Cambridge University Press, 2002, pp. 263-288 e “Concepto y práctica de república en la España moderna. Las tradiciones castellana y catalano-aragonesa”, *Estudis: Revista de historia moderna*, 34, 2008, pp. 111-148 (2008); Francisco José Aranda Pérez, “Repúblicas ciudadanas”. Un entramado político oligárquico para las ciudades castellanas en los siglos XVI-XVII”, *Estudis: Revista de historia moderna*, 32, 2006, pp. 7-46; ou ainda as contribuições recentes em Susana Truchuelo García, Roberto López Vela e Marina Torres Arce (eds.), *Civitas: expresiones de la ciudad en la Edad Moderna*, Santander, Editorial Universidad Cantabria, 2015. Para uma leitura complementar, ver Clarisse Coulomb, “Des villes de papier: écrire l’histoire de la ville dans l’Europe moderne”, *Histoire urbaine*, n.º 28, 2010/2, pp. 5-16.

criação de novos pólos urbanos fora da Europa e do encontro com outras sociedades e culturas para essa representação? Antes de mais, cremos que o ponto de partida passaria por considerar o quadro geográfico no qual se integravam os núcleos urbanos e, através de uma análise das descrições contidas em histórias, corografias, relatos de viagem e outro tipo de fontes, situando o vocabulário usado nas fronteiras conceptuais da época, ou seja, inscrevendo-o no seu efectivo contexto de criação e de uso contra uma utilização anacrónica do mesmo, na esteira das propostas de Reinhart Koselleck, identificar os traços distintivos do mundo urbano, assinalando as comparações e as eventuais hierarquias estabelecidas pelos autores<sup>24</sup>.

Para o mundo ultramarino, contamos com a recolha iconográfica efectuada por Luís Silveira e publicada no início da década de 1950, que importaria visitar e completar<sup>25</sup>. A partir de uma análise sistemática da iconografia urbana destes séculos, que tivesse em conta outras fontes, de modo a ultrapassar os limites impostos por um olhar etnocêntrico e pela obediência a cânones políticos e estéticos, seria possível identificar alguns dos elementos definidores da urbe, independentemente da geografia e do estatuto do território em que aquela estivesse integrada<sup>26</sup>.

Por outro lado, consideramos igualmente pertinente uma análise que tenha em consideração, mais do que a dinâmica da relação cidade-campo, uma interacção que foi já estudada para diversos casos, o quadro político-institucional das cidades. Com efeito, apesar de podermos identificar linhas de força e padrões comuns no mundo urbano, consideramos que o facto de vilas e cidades estarem localizadas em território realengo ou de senhorio, podendo neste caso ser laico ou eclesiástico, é uma dimensão a reter na medida em que os horizontes políticos, as relações e redes de poder e a questão da representação política não se colocavam da mesma forma<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> Cf. Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães (apresentação, notas e glossário), *Dois descrições do Algarve do século XVI*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, n.º 3. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora e ainda os estudos reunidos em Joaquim Romero Magalhães, *Miunças 2: O Algarve na Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra-Universidade do Algarve, 2012.

<sup>25</sup> Cf. Luís Silveira, *Ensaio de Iconografia das Cidades Portuguesas do Ultramar*, Lisboa, Ministério do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, s. d., 4 vols..

<sup>26</sup> Para uma visão de conjunto para o império português, ver Liam Brockey (ed.) *Portuguese Colonial Cities in the Early Modern World*, Farnham, Ashgate, 2008.

<sup>27</sup> Para uma análise no quadro da monarquia portuguesa e para o espaço atlântico, ver Maria Fernanda Bicalho, José Damião Rodrigues e Pedro Cardim, "Cortes, Juntas e procuradores", in João Fragoso e Nuno Gonçalo Monteiro (org.), *Um reino e suas repúblicas no Atlântico. Comunicações políticas entre Portugal, Brasil e Angola nos séculos XVII e XVIII*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2017, pp. 101-135.

E, outrossim, a análise das instituições com sede no mundo urbano, buscando apreender as respectivas ramificações territoriais e limites jurisdicionais, numa investigação que permita compreender como é que, na longa duração, a estrutura institucional contribuiu para conformar e delimitar distintos espaços<sup>28</sup>.

Este *corpus* de investigação, contudo, não incide sobre as hierarquias sociais, os estados e as famílias, as continuidades e a mudança social. Ora, conforme dissemos acima, durante a “primeira idade global”, ou seja, ao tempo da expansão marítima europeia e do início do processo de *empire building*, o impacto desse processo foi manifesto em diversos territórios e, em particular, nas regiões e cidades portuárias que mais directamente participaram desse movimento. Ora, apesar das pistas que foram já apontadas por diversos autores, muito há ainda por fazer no que respeita à história social, em geral, e ao mundo social urbano, em particular. Há anos, Vitorino Magalhães Godinho sugeriu que uma das consequências da expansão ultramarina tinha sido o aparecimento da figura híbrida do cavaleiro-mercador. Mas, além dos casos sempre citados na literatura, quantos mais podem ser identificados? Importa avaliar a efectiva adequação deste tipo-ideal à estrutura social de Quatrocentos e início de Quinhentos, bem como os efeitos do impacto da expansão à escala dos universos concelhios.

A Europa dos séculos XVI-XVIII era, na sua maior parte, uma sociedade rural. A posse da terra constituía o fundamento material do poder e da diferenciação social, que se visualizava na honra e formas de tratamento devidas às pessoas de *qualidade*, que pertenciam aos estados privilegiados e detinham a maior parte dos bens fundiários. Muitos destes privilegiados, porém, viviam em vilas e cidades e faziam parte das elites que tendiam a controlar as câmaras e outras instituições locais. Todavia, ao nível da sociedade concreta, existia uma mobilidade social e, no decurso do período em questão, a morfologia social do reino complexificou-se, nomeadamente com o alargamento dos estados “limpos”, como o chamado “estado do meio”<sup>29</sup>. Ao procurarmos avaliar o maior ou menor grau de elasticidade da sociedade e, em particular, das que encontramos nas cidades e vilas portuguesas, devemos ter em conta, entre outros factores, a dimensão do espaço, os recursos existentes,

<sup>28</sup> Cf. Henri Lefebvre, *La production de l'espace*, 4ª ed., Paris, Anthropos, 2000 [edição original: 1974], pp. 102 e 130-131; Edward W. Soja, *Geografias pós-modernas. A reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993 [edição original: 1989], p. 147. Para uma ilustração relativa a Portugal no período moderno, ver Inês Amorim, *Aveiro e Sua Provedoria no Século XVIII (1690-1814) — Estudo Económico de Um Espaço Histórico*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1997, tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea originalmente apresentada à Faculdade de Letras do Porto, em 1996.

<sup>29</sup> Sobre esta questão, ver António de Oliveira, *A Vida Económica e Social de Coimbra de 1537 a 1640*, Primeira Parte, vol. I, 1971, pp. 382-392; António de Oliveira, “Poder e sociedade nos séculos XVI e XVII”, in *História de Portugal*, s. I. [Alfragide-Amadora], Ediclube, s. d. [1993], Vol. VII: *Portugal Absolutista*, pp. 11-47, maxime pp. 31-32; António Manuel Hespanha, *Poder e Instituições no Antigo Regime. Guia de estudo*, “Cadernos Penélope, 1”, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, pp. 35-37; António Manuel Hespanha, “A Nobreza nos Tratados Jurídicos dos Séculos XVI a XVIII”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, Lisboa, n.º 12, 1993, pp. 27-42; e Maria Manuel Proença Ferreira de Almeida, *Em busca das representações do Povo (Portugal, século XVII)*, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1996, policopiado, pp. 38-40.

o volume da população, o equilíbrio entre esta e a produção local e a localização mais ou menos periférica de cada núcleo urbano em relação aos eixos dominantes de circulação de pessoas, bens e ideias. Neste sentido, carecemos de mais estudos que nos revelem as rotinas e os ritmos da mudança por via da observação de estudos de caso, individuais ou colectivos, contribuindo assim para um aprofundamento do nosso conhecimento sobre a vivência quotidiana dos actores e para a identificação de eventuais diferenças e assimetrias à escala local e regional.

Dispomos de algumas sínteses para os primeiros espaços que foram povoados pelos Portugueses, as ilhas do Atlântico oriental, elaboradas a partir de investigações que se destinaram originalmente a teses e projectos académicos. Nestas sínteses, podemos encontrar importante informação sobre o mundo social urbano das ilhas, que, no essencial, reproduziu a ordem social e as hierarquias vigentes no reino<sup>30</sup>. Não obstante, existem zonas escuras, as quais, porventura, não virão nunca a ser iluminadas por ausência de documentação coeva. Outras, porém, estão na penumbra, mas podem ser iluminadas com investigação que explore os ricos arquivos insulares. Por exemplo, são conhecidas as traves mestras da arquitectura política e institucional isleña e, para algumas ilhas e cidades, contamos com estudos sólidos sobre grupos e indivíduos das nobrezas ou da mercancia, que revelaram trajectórias de vida, reconstituíram perfis individuais e familiares e estratégias de reprodução social e forneceram elementos relevantes para a história social, económica e cultural<sup>31</sup>.

Em contrapartida, desconhecemos grande parte do quotidiano urbano, da configuração social e das interacções entre indivíduos e corpos sociais, sobretudo no que se refere ao estamento popular. Sabemos um pouco mais acerca de Ponta Delgada e do mundo urbano micalense, mas, apesar da sua importância, não temos para a cidade de Angra, sede de corregedoria, bispado e de governo em dois períodos distintos, suficientes estudos de história social que nos revelem quantos e quem eram os indivíduos, homens e mulheres, que percorriam as ruas da urbe terceirense no período moderno, qual o seu estatuto, honra, riqueza e padrões de comportamento, o mesmo se aplicando à vila da Horta, para referimos um centro urbano que se destacou nas ligações comerciais com as Américas nos séculos XVII-XIX.

---

<sup>30</sup> Cf. Luis de Albuquerque e Maria Emília Madeira Santos (coord.), *História Geral de Cabo Verde*, Lisboa-Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical-Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, vol. I, 1991; Artur Teodoro de Matos (coord.), *A Colonização Atlântica*, vol. III da *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, 2 tomos; Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite (dir.), *História dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, vol. 1.

<sup>31</sup> Cf. Maria Margarida de Sá Nogueira Lalanda, *A Sociedade Micalense no Século XVII (Estruturas e Comportamentos)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-FCT, Ministério da Ciência e da Tecnologia, 2002; José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003 [2004], 2 vols.; Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado, *Uma fortuna do Antigo Regime: a casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*, Cascais, Patrimonia, 2005; Susana Goulart Costa, *Viver e morrer religiosamente. Ilha de São Miguel, século XVIII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2006.

O panorama que acabámos de descrever não se confina aos espaços insulares no que à história social da cidade diz respeito. Com efeito, o conhecimento actual acerca da sociedade portuguesa e, em concreto, da realidade das várias repúblicas urbanas no período moderno apresenta-se fragmentado, tanto em termos espaciais como cronológicos<sup>32</sup>. Há, pois, que prosseguir com a investigação de modo a preencher as lacunas relativas a diversas dimensões da sociedade portuguesa no período moderno. Consideremos, por exemplo, o caso do corpo mercantil. Para o período final do Antigo Regime, dispomos da rigorosa análise conduzida por Jorge Pedreira para Lisboa<sup>33</sup>. O retrato social e as dinâmicas detectadas para a Lisboa da segunda metade de Setecentos e primeiras décadas de Oitocentos não encontram, no entanto, uma correspondência para épocas anteriores, nem, de resto, esta análise foi conduzida, de forma sistemática, para a maior parte das urbes portuguesas. Assim, continuam por desvendar o número, o nome e a trajectória dos homens de negócio e dos lojistas que desenvolveram a sua actividade entre os séculos XV e XIX nos centros urbanos do reino e ilhas, já para não falar dos territórios ultramarinos<sup>34</sup>. E qual foi o grau de sucesso dos mercadores no tocante à ascensão social e integração no estreito círculo das nobrezas concelhias? Os contextos locais eram distintos e a resposta das elites nobiliárquicas face à vontade de promoção dos homens de negócio não foi unívoca, pelo que importa sinalizar as diferenças<sup>35</sup>. De igual modo, a pesquisa deve procurar identificar as assimetrias entre o litoral e o interior ou entre cidades e vilas situadas em eixos importantes de circulação (estradas, rios) e outras mais isoladas e o modo como os mercadores conseguiram ou não potenciar os seus recursos. Por fim, através de fontes como testamentos, inventários orfanológicos ou processos judiciais ou da Inquisição, buscar reconstituir as zonas de implantação do comércio nos vários centros urbanos e

<sup>32</sup> Um conjunto importante de informação encontra-se disperso por actas de congressos e colóquios e volumes de homenagem. Vários dos estudos aí contidos revelaram séries documentais importantes ou chamaram a atenção para dinâmicas merecedoras de análises mais aprofundadas. Face ao elevado número de referências, abtemo-nos de as elencar aqui. De um modo geral, o que conhecemos melhor são as nobrezas e elites locais, o enquadramento institucional e as relações de poder. No âmbito das universidades do Minho, do Porto, de Coimbra, de Lisboa e de Évora foram efectuadas importantes análises relativas aos grupos do poder local, destacando-se, entre outros, a produção historiográfica e as orientações de José Viriato Capela, António de Oliveira, Margarida Sobral Neto, Nuno Gonçalo Monteiro ou Mafalda Soares da Cunha.

<sup>33</sup> Cf. Jorge Miguel Viana Pedreira, *Os homens de negócio da praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822): diferenciação, reprodução e identificação de um grupo social*, tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995, policopiado.

<sup>34</sup> Não é, decerto, o caso dos grandes contratadores e daqueles que participaram de forma activa nos lucrativos circuitos do tráfico de escravos ou do comércio do tabaco. Para o trato escravagista, ver Enriqueta Vila Vilar, *Hispanoamérica y el comercio de esclavos. Los asentamientos portugueses*, Sevilha, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, CSIC, 1977; Maria Manuel Ferraz Torão de Oliveira e Costa, *Tráfico de escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola: articulação dos impérios ultramarinos ibéricos num espaço atlântico (1466-1595)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1999, 2 vols., policopiado.

<sup>35</sup> Vejam-se alguns exemplos de trajectórias sociais ascendentes em Ana Sílvia Albuquerque de Oliveira Nunes de Lemos Peixoto, *História Social da Administração do Porto (1700-1750)*, dissertação de Mestrado em História Moderna, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991, policopiado; José Damião Rodrigues, "Senhores, rendeiros e jornaleiros. A atracção pelo Novo Mundo", in *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, direcção científica de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, vol. I, pp. 353-382.



as dimensões da civilização material, penetrando mesmo no interior das lojas e tendas, visualizando o que teria sido o seu recheio e como seria mercadejar nesses locais<sup>36</sup>.

Um outro corpo de grande importância, em termos sociais e económicos, era o dos oficiais mecânicos. De facto, os mesteres não constituíam um corpo homogéneo<sup>37</sup>. Não só certas actividades eram consideradas mais “limpas” e honradas do que outras, como a distribuição espacial dos ofícios conheceu variações assinaláveis no tempo e no espaço. Era nas cidades que se concentrava o maior número de oficiais mecânicos. No interior do perímetro urbano de Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Viseu, Évora, Tavira ou Angra, concentravam-se e trabalhavam inúmeros artesãos, representando os mais variados ofícios, muitas vezes em articulação com outros oficiais mecânicos, que viviam nas áreas rurais envolventes e cujo labor complementava o dos seus confrades. Tal como para os mercadores, precisamos agora de conhecer a sua identidade<sup>38</sup>, a respectiva distribuição espacial, em termos globais e à escala local, e tentar obter dados mais consolidados acerca do seu modo de vida e de como interagiam com os seus vizinhos e clientes<sup>39</sup>. Se quase tudo está por fazer no que respeita a modos de vida, relações sociais e estratégias de reprodução dos oficiais mecânicos, a consulta de fontes camarárias e notariais revela-se essencial. As posturas, em particular, enquanto janelas de observação das sociedades locais e que nos revelam, com maior ou menor fidelidade, aspectos da organização social corporativa, permitem resgatar informações preciosas sobre os tipos de ofícios, os produtos e respectivos preços, mas também sobre práticas quotidianas e políticas de controlo dos elementos mais próximos das franjas sociais<sup>40</sup>.

Questão historiográfica cada vez mais presente na produção científica é a do género, decorrente de novas perspectivas sobre as dinâmicas comunitárias e familiares no passado<sup>41</sup>. Os avanços nesta área são de registar, nomeadamente acerca dos papéis

<sup>36</sup> Cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Das tendas dos mercadores têxteis portugueses: Inquisição e cultura material nos séculos XVII e XVIII”, *Librosdelacorte.es*, Monográfico 6, año 9, 2017, pp. 185-211.

<sup>37</sup> Cf. José Damião Rodrigues, “A Estrutura Social”, in Avelino de Freitas de Meneses (coord.), *Portugal. Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, vol. VII da *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 404-441, *maxime* pp. 435-437.

<sup>38</sup> Veja-se, por exemplo, a identificação de oficiais conseguida por João Miguel Ferreira Antunes Simões, *Arte e Sociedade na Lisboa de D. Pedro II: Ambientes de trabalho e mecânica do mecenato*, dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, 2 vols., policopiado.

<sup>39</sup> Para este tipo de análise, a adopção de uma metodologia microanalítica é essencial. Sobre a importância da abordagem micro-histórica na identificação de actores históricos, a reconstituição de comunidades, os problemas a ultrapassar e com um relevante contributo metodológico, ver Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720): Reconstituições, interpretações e metodologias*, tese de Doutoramento em História Moderna, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997, policopiado.

<sup>40</sup> Veja-se para Leiria o estudo de Fábio Morgado Lopes, *Posturas de Leiria (séc. XVI-XIX): Contributo para o estudo da administração municipal em Portugal*, tese de Mestrado em História da Época Moderna, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, 2 vols., policopiado.

<sup>41</sup> Cf. Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 3: *Do Renascimento à Idade Moderna*, sob a direcção de Natalie Zemon Davies e Arlette Farge, Porto, Edições Afrontamento, 1994 [edição original: 1991].

individuais (direitos, obrigações, negociações) das mulheres nos seus diversos estados. Embora as elites levem de vencida os demais corpos sociais, devido à respectiva espessura documental, existem, todavia, fontes que permitem colocar as mulheres no centro do palco. Os estudos de Maria Antónia Lopes, Laurinda Abreu ou Isabel dos Guimarães Sá, bem como aqueles por orientados pelas referidas historiadoras, têm contribuído para alargar os nossos horizontes acerca de aspectos relacionados com a assistência, a vida doméstica e o papel das mulheres na transmissão patrimonial, entre outros temas que exploraram<sup>42</sup>. Por seu lado, demonstrando a riqueza dos núcleos judiciais, Darlene Abreu-Ferreira estudou a relação entre género e criminalidade para diversas cidades do reino e dos Açores<sup>43</sup>. E, já que falamos de crime, importaria rastrear, dentro dos limites impostos pela documentação disponível, os actores, as práticas e os tempos dos delitos, perceber se existia um padrão geral comum ao mundo urbano ou se, pelo contrário, os roubos e a violência<sup>44</sup> conheciam padrões assimétricos, espelhando diferenças entre regiões e pólos urbanos localizados em quadros geográficos, políticos e socioeconómicos distintos.

Quase a encerrar este breve périplo, voltaria a lembrar que, no período moderno, as cidades estiveram presentes no horizonte intelectual dos actores que reflectiram sobre o poder e a sociedade, através de uma associação que prolongou o pensamento sobre a cidade herdado do mundo clássico, mas que, a partir da expansão oceânica europeia, projectou a urbe para espaços insulares, reais ou imaginários. É preciso não esquecer que as ilhas sempre se configuraram como um espaço que potenciou a imaginação, estando na génese de alguns dos mais importantes textos da nossa tradição, nos quais uma reflexão sobre o viver em sociedade se entrelaça com a concepção de uma cidade ideal. Nos séculos iniciais do período moderno, basta recordar a associação existente entre a dimensão insular e o

<sup>42</sup> A bibliografia das autoras é vasta, pelo que registamos aqui apenas alguns títulos. Cf. Maria Antónia Lopes, *Mulheres, Espaço e Sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, "Horizonte Histórico, 21", Lisboa, Livros Horizonte, 1989; idem, *Pobreza, Assistência e Controlo Social em Coimbra, 1750-1850*, Viseu, Palimage, 2000, 2 vols.; Laurinda Abreu (ed.), *Igreja, caridade e assistência na Península Ibérica (séculos XVI-XVIII)*; Lisboa, Edições Colibri-CIDEHUS, 2004; Laurinda Abreu (ed.), *Asistencia y caridad como estrategias de intervención social: Iglesia, Estado y comunidad (ss. XV-XX)*, Bilbao, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2007; idem, *O poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI-XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014; idem, *The Political and Social Dynamics of Poverty, Poor Relief and Health Care in Early-Modern Portugal*, London and New York, Routledge, 2016; Isabel dos Guimarães Sá, *A circulação de crianças na Europa do Sul: o exemplo da Casa da Roda do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995; idem, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997; idem, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, "Temas de História de Portugal", Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Isabel dos Guimarães Sá e Máximo García Fernández (eds.), *Portas Adentro: comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, Coimbra-Valladolid, Imprensa da Universidade de Coimbra-Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial de la Universidad de Valladolid, 2010.

<sup>43</sup> Cf. Darlene Abreu-Ferreira, *Women, Crime, and Forgiveness in Early Modern Portugal*, Farnham, Ashgate, 2015.

<sup>44</sup> Não estamos aqui a pensar nos motins que, por vezes, eclodiam em conjunturas críticas de escassez de alimentos e carestia de preços, mas na microconflitualidade que se pode detectar nas sociedades tradicionais e que autores como Norbert Elias e Michel Foucault analisaram na perspectiva do "processo civilizacional" e da "domesticação" da violência por parte dos centros políticos. Para o reino de Portugal na primeira metade de Seiscentos, ver António de Oliveira, *Poder e Oposição Política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, "Memória e Sociedade", Lisboa, Difel, 1991; para a centúria seguinte, ver Luís Ferrand de Almeida, "Motins populares no tempo de D. João V. Breves notas e alguns documentos", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, vol. 6: *Revoltas e Revoluções*, I, 1984, pp. 321-343, e, do mesmo autor, "Os motins de Abrantes e Viseu (1708 e 1710)", *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, tomo XXII, 1985, pp. 137-148.

projecto de uma nova ordem política e social em obras como *Utopia*, de Thomas More (1516), *A Cidade do Sol*, de Tomasso Campanella (1602) ou *New Atlantis*, de Francis Bacon (1623, com edição em Latim em 1624). Não terá sido por acaso que os autores destas obras, como outros dos séculos XVI e XVII, de resto, colocaram as ilhas no centro do seu discurso, pois, como bem lembrou o historiador e geógrafo John Gillis, “Renaissance Europeans tended to think of the world archipelagically.”<sup>45</sup>

Ilhas e cidades eram territórios que fascinavam mulheres e homens, novos e velhos. O encontro primeiro dos Portugueses com as cidades portuárias asiáticas, activos centros cosmopolitas de comércio e de trocas materiais e culturais, ou dos Castelhanos com as cidades americanas, assinalou uma nova etapa na relação dos Europeus com o mundo urbano<sup>46</sup>. E nem de propósito: Tenochtitlán era uma cidade real, localizada numa ilha. Neste Congresso Internacional, tivemos um Painel sobre cidades portuárias e outro sobre cidades coloniais. Ainda assim, com poucas comunicações sobre os mundos urbanos africano, asiático e americano neste Congresso Internacional. Esta será, decerto, uma dimensão a reforçar em próximos encontros, tanto mais que as historiografias lusófonas têm contribuído com sucesso para o enriquecimento da história social e, em concreto, da história das cidades nos territórios da monarquia pluricontinental portuguesa<sup>47</sup>.

Em jeito de conclusão, sublinhamos que as cidades são um objecto multidimensional e trans-escalar. Assim, reclamam estudos com uma abordagem pluridisciplinar (geografia, arqueologia, história, história da arte, antropologia, sociologia, economia, ciência política) e, no quadro de uma mesma disciplina, uma aproximação atenta aos jogos de escala, às múltiplas dimensões da vida quotidiana e ao impacto local das dinâmicas globais, através de estudos de caso ou de análises comparativas. Novas investigações permitirão aprofundar o nosso conhecimento acerca do impacto de modelos familiares, migrações e género nas cidades; da geografia social e dos zonamentos urbanos; da influência da fixação de cortes e tribunais superiores dos centros políticos no mundo urbano; da convivência entre corpos sociais; das identidades urbanas; de conflitos e motins; ou da representação da vida social nas artes. Por último, embora tenhamos centrado a nossa exposição no período moderno, estamos cientes de que não existe uma descontinuidade entre os séculos medievais, os

<sup>45</sup> Cf. John R. Gillis, “Islands in the Making of an Atlantic Oceania, 1400-1800”, *Seascapes, Littoral Cultures, and Trans-Oceanic Exchanges*, 12-15 Feb. 2003, Library of Congress, Washington D. C. [URL: <http://www.historycooperative.org/proceedings/seascapes/gillis.html>].

<sup>46</sup> Cf. Serge Gruzinski, *A Água e o Dragão. Portugueses e Espanhóis na Globalização do Século XVI*, Lisboa, Edições 70, 2015 [edição original: 2012].

<sup>47</sup> A título de exemplo, citemos Renata Malcher de Araújo, *As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão*, Porto, FAUP, 1998; idem, *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*, tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, 2 vols., policopiado; Walter Rossa, Renata Malcher de Araújo e Hélder Carita (coord.), *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822. Actas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001; Maria Fernanda Bicalho, *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; Sérgio Barra, *Entre a Corte e a Cidade: O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2008; Ângela Barreto Xavier, *A Invenção de Goa. Poder Imperial e Conversões Culturais nos Séculos XVI e XVII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

da “primeira modernidade” e, por fim, a época contemporânea. Uma colaboração mais estreita entre historiadores que rompa com as divisões tradicionais permitirá, decerto, mais aquisições no que respeita à história das cidades.